



**Centro Social  
Paroquial da Lourinhã**  
**IPSS**



# MAPAS DE GESTÃO



*[Handwritten signatures and initials]*

Entidade: Centro Social e Paroquial da Lourinhã

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	275.938,35 €	234.947,31 €
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	6	697,55 €	672,20 €
Clientes	7	1.164,93 €	700,93 €
Estados e outros entes públicos	8	- €	- €
Diferimentos	9	2.012,48 €	- €
Caixa e depósitos bancários	10	33.050,57 €	71.023,76 €
<b>Total do ativo</b>		<b>312.863,88 €</b>	<b>307.344,20 €</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	11	22.780,10 €	22.780,10 €
Reservas legais			
Resultados transitados		10.042,56 €	7.988,06 €
Outras variações nos fundos patrimoniais		103.583,14 €	107.263,96 €
Resultado líquido do período		13.657,86 €	2.054,50 €
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>150.063,66 €</b>	<b>140.086,62 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos Obtidos	12	102.438,33 €	115.933,36 €
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	20.818,64 €	15.893,33 €
Estado e outros entes públicos	14	4.274,64 €	6.684,32 €
Outras contas a pagar	15	35.268,61 €	28.746,57 €
<b>Total do passivo</b>		<b>162.800,22 €</b>	<b>167.257,58 €</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>312.863,88 €</b>	<b>307.344,20 €</b>

Lourinhã, 19 de março de 2018

O Contabilista Certificado: Ana Luísa Mendes  
A Direção

*[Handwritten signature]*

Avenida da Igreja, nº 14 2530-254 Lourinhã Telf: 261 414 272



*[Handwritten signature]*

Centro Social Paroquial da Lourinhã

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

( em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	176.172,81	162.515,67
Subsídios, doações e legados à exploração	17	115.566,77	113.316,80
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(50.374,38)	(50.094,83)
Fornecimentos e serviços externos	19	(58.040,81)	(57.130,14)
Gastos com o pessoal	20	(175.010,05)	(175.695,89)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	21	27.151,77	15.678,36
Outros gastos e perdas		(226,29)	(384,25)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>35.239,82</b>	<b>8.2505,72</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(21.008,96)	(5.508,96)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>14.230,86</b>	<b>2.696,76</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		30,65	35,39
Juros e gastos similares suportados		(603,65)	(677,65)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>13.657,86</b>	<b>2.054,50</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>13.657,86</b>	<b>2.054,50</b>

Lourinhã, 19 de março de 2018

O Contabilista certificado: Ana Luísa Mendes  
A Direção

*[Handwritten signature]*



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**



*[Handwritten signatures and initials]*

### **1. Identificação da Entidade**

O Centro Social Paroquial da Lourinhã é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com Estatutos aprovados por despacho ministerial de 17 de fevereiro de 1960 e publicados no Diários do Governo nº53.III Série de 3 de março de 1960, com sede na Avenida da Igreja, nº14, 2560-254 Seixal da Lourinhã.

O Centro é um serviço da Paróquia com o objetivo de cultivar nos paroquianos a noção das suas responsabilidades sociais, motivando-os para as exigências cristãs de comunicação e partilha de bens e, muito em particular, ajudando-os a dar resposta adequada às carências que eventualmente se verificarem entre os habitantes da paróquia, mediante ações de assistência, promoção ou desenvolvimento, conforme a necessidade.

A Instituição rege-se com base nos seguintes pressupostos:

- a) O respeito pela dignidade humana e o dever de contribuir para o seu desenvolvimento moral, espiritual e cultural;
- b) O fortalecimento do sentido comunitário, de modo que os indivíduos, famílias e os demais agrupamentos da Paróquia, em trabalho conjunto, se tornem promotores da sua valorização;
- c) A criação de estruturas de comunicação cristã de bens e ajuda mútua, bem como o apoio aos demais carenciados, mobilizando para o efeito os indispensáveis recursos humanos e materiais.

Para atingir os pressupostos:

- a) Presta serviços que satisfaçam as necessidades básicas dos seus utentes;
- b) Informa a comunidade sobre o conjunto de serviços proporcionados pelo Centro;
- c) Presta ao utente o acolhimento e informação necessários;
- d) Favorece as relações interpessoais a fim de evitar o isolamento;

Através de:

- a) Centro de Dia;
- b) Apoio Domiciliário;
- c) Centro de Convívio;
- d) Academia Sénior;
- e) Atividades Academia Sénior;
- f) Atelier de Animação;



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

### **2.1 Referencial Contabilístico**

O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 105/2011: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria n.º 106/2011: Código de Contas;
- d) Aviso n.º 6726-B/2011: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas (NI).

### **2.2 Pressuposto da Continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **2.3 Regime do Acréscimo**

A instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



## 2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo.

## 2.6 Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2017, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação das disposições previstas pelo SNC-ESNL.

## 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas nas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas ao exercício de 2017.

### 3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

### 3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### 3.2.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



*[Handwritten signatures and initials]*

### 3.2.2 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### 3.2.3 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)



*[Handwritten signatures and initials]*

### 3.2.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### 3.2.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## 3.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

## 3.4 Financiamentos Obtidos

### 3.4.1 Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



*[Handwritten signature]*

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

### 3.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de 2017, refletindo as adições, abates, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2017

	<i>(em euros)</i>		
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>Custo de Aquisição</b>			
Edifícios e outras Construções	271.960,37	-	271.960,37
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	77.178,21	62.000,00	139.178,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
<b>Total</b>	<b>496.465,97</b>	<b>62.000,00</b>	<b>558.465,97</b>
<b>Depreciações acumulados</b>			
		<b>Depreciações</b>	
Edifícios e outras Construções	37.013,06	5.508,96	42.522,02
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	77.178,21	15.500,00	92.678,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
<b>Total</b>	<b>261.518,66</b>	<b>21.008,96</b>	<b>282.527,62</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>234.947,31</b>		<b>275.938,35</b>

Em 2017 adquiriu-se 2 viaturas para transporte dos utentes, com valores de 35.000€ e 27.000€, respetivamente. Assim registou-se a depreciação anual referente a Edifícios e outras construções e a Equipamento de transportes.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

## Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2016

(em euros)

<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>Custo de Aquisição</b>			
Edifícios e outras Construções	271.960,37	-	271.960,37
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	77.178,21	-	77.178,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
<b>Total</b>	<b>496.465,97</b>	<b>-</b>	<b>496.465,97</b>
<b>Depreciações acumulados</b>		<b>Depreciações</b>	
Edifícios e outras Construções	31.504,10	5.508,96	37.013,06
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	77.178,21	-	77.178,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
<b>Total</b>	<b>256.009,70</b>	<b>5.508,96</b>	<b>261.518,66</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>240.456,27</b>		<b>234.947,31</b>

## 6. Inventários

(em euros)

<b>Inventários</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Géneros Alimentares	697,55	672,20
<b>Total</b>	<b>697,55</b>	<b>672,20</b>



## 7. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	<i>(em euros)</i>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	1.164,93	700,93
<b>Total</b>	<b>1.164,93</b>	<b>700,93</b>

Neste exercício constata-se um ligeiro aumento do endividamento por parte dos utentes.

## 8. Estado e Outros Entes Públicos

Nada a destacar nesta rubrica.

## 9. Diferimentos

Respeita a pagamentos que se verificaram no exercício económico presente, nomeadamente 2.012,48€, cujo custo será efetivo em 2018.

## 10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<i>(em euros)</i>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Caixa</b>	138,68	62,41
<b>Depósitos à ordem</b>	22.845,85	45.925,96
<b>Outros depósitos</b>	10.040,45	25.035,39
<b>Total</b>	<b>33.050,57</b>	<b>75.697,45</b>

As disponibilidades baixaram em 2017 por via do investimento realizado na compra das carrinhas – adquiridas a pronto.



*[Handwritten signatures]*

### 11. Fundos Patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais mantêm-se com o valor de 22.780,10€

### 12. Financiamentos Obtidos

Nesta rubrica destaca-se:

Financiamentos Obtidos	<i>(em euros)</i>	
	2017	2016
Empréstimo CCAM	102.438,33	115.933,36

Em 2017 foram amortizados 13.495,03€ referente ao empréstimo concedido a médio e longo prazo na CCAM .

### 13. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores c/c	<i>(em euros)</i>	
	2017	2016
	20.818,64	15.893,33
<b>Total</b>	<b>20.818,64</b>	<b>15.893,33</b>

A dívida a fornecedores foi regularizada em janeiro e fevereiro de 2018, conforme os prazos de pagamento acordados.



#### 14. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	2017	(em euros) 2016
Imposto s/ rendimento das Pessoas Singulares	476,00	931,00
Sobretaxa extraordinária	31,05	8,27
Segurança Social	3.739,51	5.745,25
Imposto sobre trabalho independente	-	-
<b>Total</b>	<b>4.246,56</b>	<b>6.684,32</b>

#### 15. Outras contas a pagar

	2017	(em euros) 2016
Outras Contas a pagar	35.268,61	28.746,57
<b>Total</b>	<b>35.268,61</b>	<b>28.746,57</b>

Estão consideradas nesta rubrica as remunerações a liquidar e encargos com a Segurança Social, nas proporções de 14.636,00€ e 3.044,30€ respetivamente. Outros credores no valor de 7.588,31€, cujo valor será regularizado no início de 2018. Manteve-se a provisão constituída anteriormente para compensação por despedimento no valor de 10.000€.

#### 16. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Prestação de Serviços	2017	(em euros) 2016
Centro dia	94.338,52	86.813,16
Apoio Domiciliário	60.921,89	51.198,73
Centro Convívio	11.540,23	3.545,06
Academia Sénior	297,50	10.610,62
Atelier Animação	113,40	434,96
Outras Atividades	7.720,18	9.843,14
Serviços extra	1.241,09	70,00
<b>Total</b>	<b>176.172,81</b>	<b>139.441,99</b>



Verifica-se um aumento de 26% nesta rubrica em relação ao ano transato, consequência do dinamismo da Instituição na promoção dos serviços e incremento da prática de atividades. Os valores faturados em 2016 na Academia Sénior, passaram neste exercício para o Centro de Convívio, em virtude do aumento da capacidade desta valência para 100, atribuída pela Segurança Social.

### 17. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos exercícios de 2017 e 2016 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Subsídios e Doações	<i>(em euros)</i>	
	2017	2016
ISS, IP	115.340,40	112.965,84
IEFP (CEI)	226,37	230,96
Doações	-	120,00
	<b>115.566,77</b>	<b>113.316,80</b>

Em 2017 houve um aumento de 2% dos subsídios recebidos, em comparação com o ano transato.

### 18. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Regista-se um acréscimo nesta rubrica, consequência do aumento da valência “Apoio Domiciliário”.

### 19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 traduz-se em:

FSE	<i>(em euros)</i>	
	2017	2016
Serviços Especializados	17.126,41	18.675,77
Materiais	4.893,99	4.276,23
Energia e Fluidos	22.981,09	19.388,53
Deslocações e Estadas	1.917,37	552,40
Serviços Diversos	11.121,95	14.237,21
<b>Total</b>	<b>58.040,81</b>	<b>57.130,14</b>



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Esta rubrica não sofreu grande oscilação se comparada com 2016.

## 20. Gastos com o Pessoal

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos com o pessoal repartem-se da seguinte forma:

<b>Gastos com o Pessoal</b>	<b>2017</b>	<i>(em euros)</i>
		<b>2016</b>
Remunerações ao pessoal	131.776,85	134.576,71
Encargos s/ remunerações	29.355,92	29.461,59
Seguros Ac Trabalho	2.491,43	1.573,34
Out Gastos c/ o pessoal (refeições; formação; segurança no trabalho)	10.048,05	9.575,45
<b>Total</b>	<b>175.010,05</b>	<b>175.695,89</b>

## 21. Outros rendimentos e ganhos

<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>2017</b>	<i>(em euros)</i>
		<b>2016</b>
Donativos	12.585,80	1.530,00
Donativos em espécie	10.574,15	9.665,94
Subsídio Proder	2.466,27	2.466,27
Rest IVA bens alimentares	1.525,55	1.852,88
Outros		163,88
<b>Total</b>	<b>27.151,77</b>	<b>15.678,97</b>

Esta rubrica aumentou cerca de 73% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletida nos donativos.



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

## **22. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## **23. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lourinhã, 19 de março de 2018